

# INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

# CONFORMIDADE CONTÁBIL

- É a certificação de que as demonstrações contábeis estão de acordo com a Lei 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.
- O objetivo da conformidade é garantir que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, sejam verdadeiras e confiáveis.





# CONFORMIDADE CONTÁBIL

Restrições contábeis **NÃO** são uma ferramenta de punição. É um alerta ao leitor de que as demonstrações contábeis sobre determinados itens podem estar provocando interpretações equivocadas.



# CONFORMIDADE CONTÁBIL

No entanto, o item 4.7.2. da Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento do exercício, diz que os Órgãos deverão tomar providências tempestivas durante todo exercício, de forma a não apresentar situações de restrição na Conformidade Contábil do BCU, tendo em vista que as restrições de cada órgão são encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) ao final do exercício para as providências que julgarem pertinentes.





# ART. 19 DA PORTARIA NORMATIVA N. 34/2023 - REIT

- O DCF é responsável por acompanhar e orientar na regularização das inconsistências;
- Envio de notificação, com prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização;
- Caso não regularizado no prazo indicado na notificação, será enviado á Corregedoria para análise e providências de possível apuração de responsabilidade funcional.



# PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO DCF

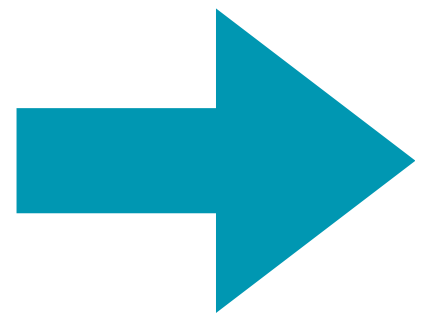
- ➔ Análise do balancete da Unidade, aproximadamente no dia 20 (vinte) de cada mês
- ➔ Envio de Memorando Eletrônico, às áreas de Contabilidade e Departamentos de Administração, com o Relatório da Conformidade
- ➔ Após o encerramento do mês é realizada nova análise do balancete



designed by  freepik



# PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO DCF



Após a Conformidade Contábil de Órgão:

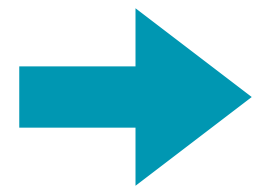
Envio de Memorando Circular (trimestralmente), aos Diretores, Departamentos de Administração e áreas de Contabilidade, contendo:

- a) Resultado do almoxarifado (comparação entre o contábil e o RMA);
- b) Análise do balancete após o encerramento do mês que subsidiou a conformidade de Órgão;
- c) Conformidade de Órgão



designed by freepik

# PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO DCF



Trimestralmente - abertura do processo de conformidade de Órgão e envio à PROAD



designed by  freepik



# ANTES DO PROCESSO IR À CORREGEDORIA

- Reunião com o Diretor de Administração, área de Contabilidade da Unidade, DCF e PROAD, para estipular prazo para regularização;
- Passado o prazo aprovado em reunião e a reincidência das inconsistências;
- Envio de nova notificação;
- Permanência das inconsistências



designed by freepik

# INCONSISTÊNCIAS 2024

RESTRIÇÕES	UNIDADES
FALTA DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS	TODAS AS UNIDADES COM EXCEÇÃO DA RETORIA E DO CAMPUS VIÇOSA
SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM O RMB	TODAS AS UNIDADES COM EXCEÇÃO DA RETORIA E DO CAMPUS VIÇOSA
FALTA DEPRECIAÇÃO	TODAS AS UNIDADES
SALDO ALCONGADO NO PASSIVO CIRCULANTE	SANTANA DO IPANEMA, CORURIFE, MARAGOGI, RIO LARGO E MACEIÓ
FALTA DE CONFORMIDADE DE GESTÃO	CORURIFE, BATALHA, REITORIA
SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE COM O RMA	RIO LARGO E SATUBA



# INCONSISTÊNCIAS 2024

RESTRIÇÕES	UNIDADES
REGULARIZAÇÃO INDEVIDA DE ORDENS BANCÁRIAS CANCELADAS	BATALHA E SATUBA
FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, CORURIBE, VIÇOSA, BATALHA, MARECHAL DEODORO, MACEIÓ, SATUBA E PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SALDO ALONGADO EM CONTAS DE CONTROLE	SANTANA DO IPANEMA
TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	REITORIA
SALDO ALONGADO NO ATIVO CIRCULANTE	REITORIA, MACEIÓ E PALMEIRA DOS ÍNDIOS
FALTA DE AMOTIZAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS	ARAPIRACA, REITORIA, MACEIÓ, SATUBA E PALMEIRA DOS ÍNDIOS

# **CONFORMIDADE CONTÁBIL MEC (DEZ/24)**

- 1. SALDO ALONGADO NAS CONTAS DO ATIVO NÃO  
CIRCULANTE - IMOBILIZADO (BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO)**
- 2. FALTA DE REGISTRO DE DEPRECIAÇÃO**
- 3. FALTA DE REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO**
- 4. SALDO ALONGADO NAS CONTAS DE PASSIVO CIRCULANTE  
(OB CANCELADAS)**



# CONSEQUÊNCIAS DA NÃO REGULARIZAÇÃO

SEGUNDO O ITEM 4.7.2. DA MACROFUNÇÃO SIAFI  
020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO:

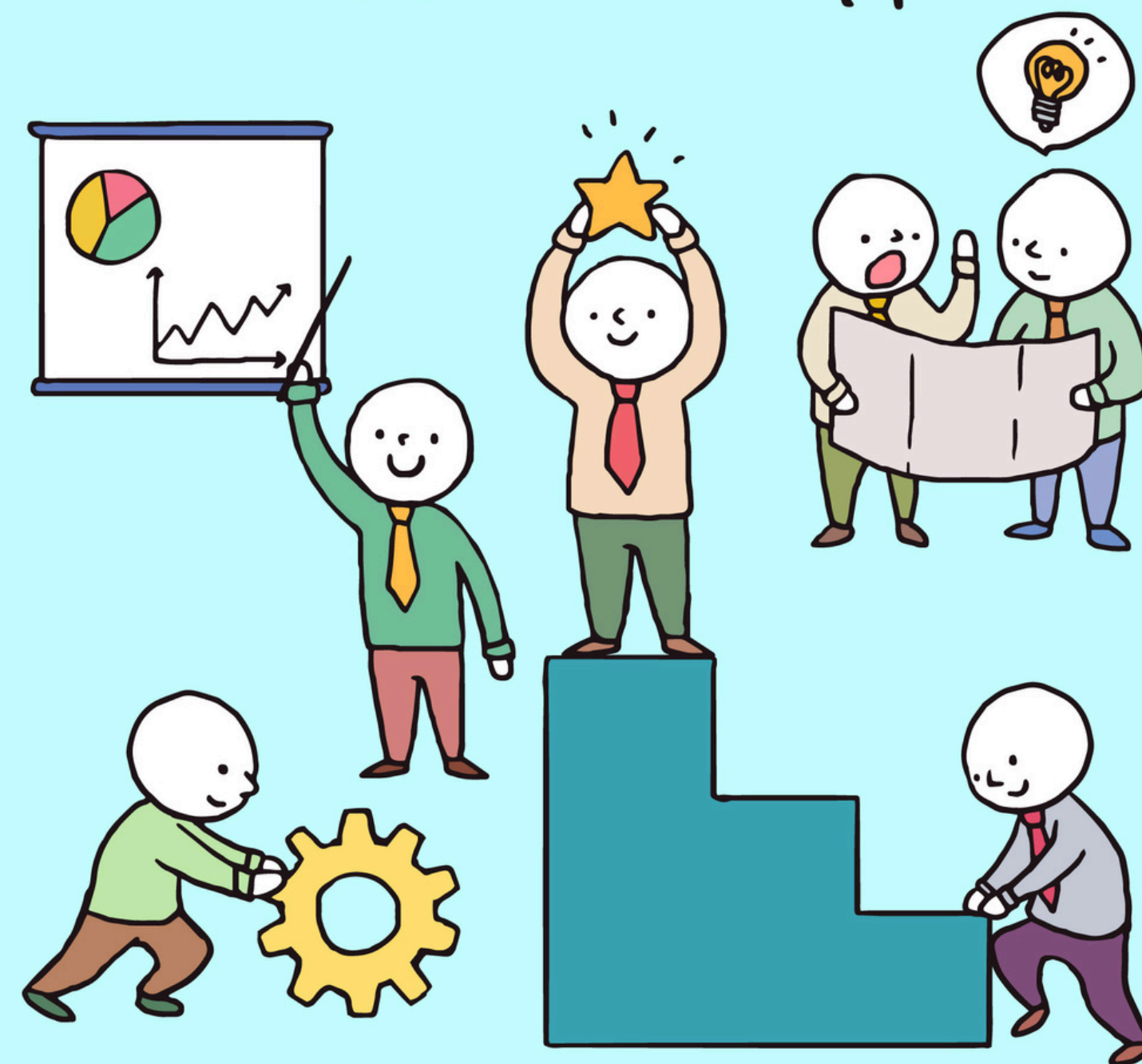
Os órgãos deverão tomar providências tempestivas durante todo exercício, e especialmente no encerramento, de forma a não apresentar situações de restrição na Conformidade Contábil do BCU, tendo em vista que as restrições de cada órgão são encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) ao final do exercício para as providências que julgarem pertinentes.





**“QUANDO TODOS  
AVANÇAM JUNTOS,  
O SUCESSO OCORRE  
POR SI SÓ.”  
– HENRY FORD**

## Team Work Concept



designed by  freepik.com